

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Parceria, após troca de acusações

Castro e Lewandowski anunciam série de medidas contra a crise, como a criação de um escritório emergencial de combate a facções

» WAL LIMA

Um dia depois de ter acusado o governo federal de não prestar apoio ao estado no combate ao crime organizado, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), firmou parceria com o Ministério da Justiça para enfrentar a crise de segurança pública. Castro e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, fizeram reunião no Palácio Guanabara, sede do governo fluminense, e anunciaram, em entrevista coletiva, a criação do Escritório Emergencial contra o Crime Organizado.

Lewandowski disse que o governo federal colocou à disposição vagas em presídios federais de segurança máxima para a transferência de líderes de facções. Também anunciou o aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a disponibilização de peritos criminais e profissionais da Força Nacional e de outros estados para intensificar as atividades de inteligência. “Estamos aqui por determinação do presidente Lula, que, após ter vindo do exterior, imediatamente convocou uma reunião ministerial de emergência para tomar pé da crise emergencial da segurança pública do Rio e se colocou à disposição do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo em apoiar o governador neste momento de crise”, afirmou o ministro. Castro, por sua vez, disse ter ficado “feliz em compreender que o ministro e sua equipe entenderam que o problema da segurança pública é transnacional e que o estado do Rio de Janeiro é um dos principais epicentros”. “Várias propostas foram colocadas a nós, e saiu da nossa conversa a criação desse

Pablo Porciuncula/AFP



O ministro da Justiça (E) garantiu que o governo federal vai investir “recursos materiais e humanos para ação mais integrada possível”

escritório emergencial de enfrentamento ao crime organizado, que será coordenado pelos secretários de segurança estadual e federal, Victor Santos e Mário Sarrubbo, para que nossas ações sejam 100% integradas a partir de agora”, destacou o governador.

PEC da Segurança

O titular da Justiça ressaltou que o modelo da estrutura que será executada no estado será um escopo do que ele quer discutir com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025,

que propõe alterações na segurança pública e estão em tramitação no Congresso.

“Esse é um embrião daquilo que queremos discutir com os parlamentares, porque queremos fazer o entrosamento das forças federais, estaduais e até municipais no enfrentamento deste flagelo, desta verdadeira patologia que é a criminalidade”, frisou o ministro.

A PEC, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em julho deste ano, está parada na Casa. Ontem, o relator, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), ressaltou a

importância de colocar a medida em pauta com urgência.

“A situação no Rio reforça a necessidade de votar a PEC. Ainda tem muito debate pela frente, até porque o que governo mandou não resolve nada, é apenas carta de intenções”, afirmou.

Terrorismo

Durante a coletiva, Lewandowski dissociou terrorismo de facção criminosa, depois de ser questionado sobre o Projeto de Lei nº 1283/2025, apresentado pelo deputado Danilo Forte (União-CE)

na Câmara e que sugere “ampliar as motivações do crime de terrorismo, especificar infraestruturas críticas e serviços de utilidade pública, estender a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo”.

Para Lewandowski, terrorismo e facção criminosa são coisas diferentes. “O terrorismo defende uma questão ideológica, com atentados esporádicos. Já as facções criminosas são constituídas por grupos de pessoas que praticam crimes que estão na legislação do nosso país”, frisou.



Vamos conjugar as forças federais com as forças estaduais para resolver rapidamente os problemas com os quais nós nos deparamos para a solução desta crise. A expressão tem o sentido de não criarmos uma estrutura burocrática permanente”

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça, sobre o escritório emergencial



Fico feliz em compreender que o ministro e sua equipe entenderam que o problema da segurança pública é transnacional e que o estado do Rio de Janeiro é um dos principais epicentros”

Cláudio Castro, governador do Rio de Janeiro

Ricardo Stuckert / PR



Guilherme Boulos assina o termo de posse como ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

No Planalto, minuto de silêncio

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FERNANDA STRICKLAND
» VICTOR CORREIA

Ao tomar posse, ontem, como ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (PSol-SP) pediu um minuto de silêncio em respeito aos mortos na megaoperação da polícia no Rio de Janeiro. No discurso, fez duras críticas à ação.

“Antes de deixar minhas palavras para vocês aqui, sobre o que pretendo fazer no trabalho da secretaria, queria pedir que todos fizéssemos um minuto de silêncio pelas vítimas dessa operação: policiais, moradores, por todos eles”, afirmou, no Palácio do Planalto, ao tomar posse no lugar de Márcio Macêdo.

Boulos enfatizou que “a cabeça do crime organizado deste país não está no barraco de uma favela; muitas vezes; está na lavagem de dinheiro lá na Faria Lima (avenida conhecida como centro financeiro de São Paulo), como vimos na Operação Carbono Oculto da Polícia Federal”.

Antes de dar posse a Boulos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mobilizou o governo federal para avaliar os impactos da megaoperação. Ele chamou seus ministros para um encontro no Palácio da Alvorada e enviou uma comitiva ao estado. Por enquanto, está descartada a possibilidade de decretação de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), já que não houve um pedido formal do governador Cláudio Castro.

Lula convocou a reunião logo cedo de manhã. Participaram o vice-presidente Geraldo Alckmin, e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), Macacé Evaristo (Direitos Humanos), Anielle Franco (Igualdade Racial), Ricardo Lewandowski (Justiça), José Múcio (Defesa), e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social), além do presidente a Embratur, Marcelo Freixo — político carioca com experiência no tema da segurança pública — e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

Em conversa com jornalistas, em frente ao Palácio da Alvorada, Lewandowski relatou que Lula recebeu com surpresa a notícia sobre a operação e ficou “estarecido” com a quantidade de mortes. Interlocutores do Planalto, ouvidos sob reserva, disseram que o petista foi informado sobre a crise apenas após pousar na Base Aérea de Brasília, na noite de terça-feira. Ele estava voltando de uma viagem à Ásia durante o dia em um avião sem conexão com a internet, o KC-30, da Força Aérea Brasileira. Assim que soube da situação, convocou o encontro de emergência para o dia seguinte. O presidente questionou ainda, na reunião, por que uma operação desse porte não foi comunicada ao governo federal.

Segundo Andrei Rodrigues, que também falou à imprensa após o encontro, a Superintendência da PF no Rio de Janeiro foi contatada pela Polícia Militar do RJ sobre

o planejamento de uma “grande operação”, e a corporação chegou a ser convidada a auxiliar.

“Houve um contato no nível operacional, informando que haveria uma grande operação, e se a PF teria alguma possibilidade de atuação. A partir de uma análise geral, entendemos que não era o modo que a PF atua”, respondeu Andrei. “A deflagração dessa operação não foi comunicada”, emendou o diretor. Ele também disse ter sido comunicado pela Superintendência apenas após o órgão já ter recusado a participação.

Em seguida, Lewandowski criticou o fato de a informação não ter chegado ao primeiro escalão do governo federal. “A comunicação entre governantes, entre governador de estado e o governo federal tem que se dar ao nível das autoridades de hierarquia mais elevada. Uma operação desse nível, desse porte, não pode ser acordada no segundo ou terceiro escalão”, frisou. “Se fosse uma operação que exigisse a interferência do governo federal, o presidente da República deveria ser avisado, ou o vice-presidente, que estava respondendo pela Presidência, ou o ministro da Justiça ou o próprio diretor-geral da PF”, acrescentou.

Questionado sobre a avaliação do governo federal a respeito da operação, Lewandowski disse que o Executivo ainda não tem os dados completos sobre a situação, mas fez críticas à violência e ao número de mortes.

MANHATTAN SHOPPING

É CHIQUE.
É CHARME.
É SEU.

PRESENTES & SERVIÇOS

Inauguração
1º de novembro | 10 horas